

# BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 18 | JULHO DE 2019



## Cuanza Sul regista maior mobilização nas sessões de moralização e ganha elogios

Um total de 278 funcionários do sector da justiça, de um universo de 305, participaram nas sessões de moralização sobre o combate à corrupção e à impunidade e refrescoamento sobre o código de conduta e ética, realizadas na província do Cuanza Sul, nos dias 16 e 17 de Julho. Considerada até ao momento a maior mobilização num curto espaço de tempo a nível das províncias do interior, as sessões tiveram lugar no Sumbe e na Quibala.



## Campanha de registo chega às comunas com resultados animadores

Afim de aproveitar o tempo seco, período em que há maior acessibilidade para as zonas mais recônditas do país, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos deu início, na província de Benguela, a uma campanha massiva de registo de nascimento e de atribuição de bilhetes de identidade nas comunas e aldeias.

## A MENSAGEM DO MINISTRO

## TÍTULO DA MENSAGEM



**Francisco Queiroz**  
Ministro da Justiça  
e dos Direitos Humanos

A campanha de moralização sobre o combate à corrupção e à impunidade e refrescamento sobre o código de conduta e ética para o sector da justiça continua a marcar passos positivos.

Em cada sessão realizada nas províncias por onde a equipa de formação tem passado o número de participantes tende a crescer.

A província do Cuanza Sul, onde se trabalhou mais recentemente, a cifra foi bastante animadora, merecendo, por isso, um grande reconhecimento o Governo da Província e a Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos, cujo exemplo esperamos que seja seguido por todos.

## FICHA TÉCNICA

### Propriedade:

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E DOS DIREITOS HUMANOS**

### Direcção:

Francisco Queiroz

### Edição:

Gabinete de Comunicação  
Institucional e Imprensa (GCII)

### Fotografia:

Gabinete de Comunicação  
Institucional e Imprensa (GCII)

### Design:

Marco Rohrbacher

## NESTA EDIÇÃO

### Delegação de Benguela

Benguela massifica registo nas comunidades..... Pág. 3  
Emitidos mais de dez mil BI em Junho ..... Pág. 4

### Combate a Corrupção e a Impunidade

Campanha de moralização com grande Mobilização..... Pág. 5  
Delegação do Cuanza Sul Felicitada pela dedicação ..... Pág. 6

### Recursos Humanos

Nota Circular Tribunais ..... Pág. 7

### Direitos Humanos

Combate à exploração de menores ..... Pág. 8

### DNREL

Atendidos 51 casos no mês de Junho ..... Pág. 9

### Breves

Identificação Civil e Criminal de Malanje emite cerca de 2 mil B.I.. Pág. 10  
Veteranos de Portugal visitam MJDH ..... Pág. 10

### Discurso

Encerramento do curso de Magistrados ..... Pág. 11

### Redes Sociais e portais

Meios de Interação com o Ministério da Justiça ..... Pág. 13

### Os Nossos Valores

Transparência, Lealdade e Rigor ..... Pág. 14

## Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos de Benguela

### Benguela massifica registo nas comunidades



Para esta árdua tarefa, a Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos de Benguela contou com um total de 30 funcionários das Conservatórias do Registo Civil e dos Serviços de identificação Civil e Criminal, para toda a campanha.

Segundo a Delegada Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, “tem sido possível a materialização desta campanha graças ao apoio do Governo Provincial, sobretudo quanto a transportação do nosso efectivo, e das administrações municipais, concernente ao alojamento e alimentação.

A fim de aproveitar o tempo seco, período em que há maior acessibilidade para as zonas mais recônditas do país, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos deu início, na província de Benguela, a uma campanha massiva de registo de nascimento e de atribuição de bilhetes de identidade.

A primeira fase decorreu nos municípios do Balombo (de 31 de Maio a 2 de Junho), Cubal (6 a 9 de Junho), da Ganda (20 a 22 de Junho) e de Caimbambo (27 a 29 de Junho) e resultou na realização de 3.079 registos e na emissão de 11.764 certidões de nascimento.

No município do Balombo, foram emitidas 2.253 certidões de nascimento, no Cubal, 3.097, na Ganda, 2.379, e no Caimbambo, 4.035.

Os registos são efectuados no sistema SIRC, isto é, em kits móveis compostos por 10 a 12 computadores, no interior dos quais o registo e as certidões são feitos e entregues na hora.



## Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos de Benguela

### Emitidos mais de dez mil BI em Benguela no mês de Junho

Um total de 10.282 bilhetes de identidade foram emitidos em Benguela durante o mês de Junho. Desse número, 5.250 referem-se a emissão pela primeira vez e 5.032 a segunda via. No mesmo período, foram extraídos 3.269 certificados de registo

criminal e feitos 111 averbamentos. O município de Benguela registou a maior cifra de práticas de actos, tendo emitido 952 bilhetes pela primeira via e 996 pela segunda via e 26 averbamentos. Seguiu-se Lobito, com 612 BI emitidos, 811 reemitidos e 17 averbamentos.



## Combate a Corrupção e a Impunidade

A Campanha teve uma grande adesão, com 278 participantes, destacando-se a presença da P.G.R, Polícia, SIC, Ministério da Educação, Administrador Municipal, Membros da Sociedade Civil, Entidades Tradicionais, Religiosas e funcionários da Justiça.

### Campanha de moralização com grande mobilização no Cuanza Sul

Um total de 278 funcionários do sector da justiça, de um universo de 305, participaram nas sessões de moralização sobre o combate à corrupção e à impunidade e refrescamento sobre o código de conduta e ética, realizadas na província do Cuanza Sul, nos dias 16 e 17 de Julho.

Considerada até ao momento a maior mobilização num curto espaço de tempo a nível das províncias do interior, as sessões tiveram lugar no Sumbe e na Quibala e abrengraram funcionários da Quibala, da Cela, do Mussende, do Ebo, do Libolo, de Cassongue (124) e Sumbe, Porto Amboim, Seles, Gabela, Conda e Quilenda (154).

As sessões de moralização para o combate à corrupção e à impunidade no município do Sumbe foi antecedida por uma peça teatral retratando praticas de extorsão e suborno nos serviços de registos e identificação do sector, apresentada por um grupo de funcionários da Delegação do Cuanza Sul da Justiça e dos Direitos Humanos.



Os discursos de boas vindas e o de abertura no município da Quibala foram proferidos pelo Delegado da Justiça e dos Direitos Humanos da Província do Cuanza Sul, Fernandes Fortes, pelo Administrador Municipal, Isaías Bumba, respectivamente.

Foram convidados para esses eventos um total de 194 entidades provenientes dos municípios acima mencionados, destacando-se a presença do Vice-Governador para área Económica, Delegado Provincial do Ministério do Interior, Comandantes dos

vários sectores do Ministério do Interior e respectivos efectivos, administradores municipais e seus adjuntos e funcionários, Directores dos Gabinetes Provincial da Saúde, Educação, Transporte e respectivos funcionários, Autoridades Tradicionais, representantes de vários órgãos religiosos, dos Partidos Políticos MPLA, UNITA e Casa-CE, representantes da Sociedade Civil, Juiz Presidente, Magistrados, Procuradores, efectivos da SIC, PGR, SINSE, representante da Ordem dos Médicos e dos Advogados e representantes dos órgãos da comunicação social.

## Combate a Corrupção e a Impunidade

A Campanha teve uma grande adesão, com 278 participantes, destacando-se a presença da P.G.R, Polícia, SIC, Ministério da Educação, Administrador Municipal, Membros da Sociedade Civil, Entidades Tradicionais, Religiosas e funcionários da Justiça.

### Delegação da Justiça do Cuanza Sul felicitada pela sua dedicação

De acordo com o consultor do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos para as questões éticas e responsável pelas sessões de formação, o excelente resultado alcançado pela Delegação Provincial do Cuanza Sul deveu-se ao comprometimento, espírito de liderança e de equipa.

Conforme fez questão de sublinhar, a boa entrega da equipa liderada pelo delegado Fernandes Forte deve servir de modelo exemplar para as Delegações

Provinciais onde ainda não foi realizada as sessões de moralização. “A Delegação Provincial do Canza Sul está de parabéns pela excelente mobilização”, disse o consultor Rocha.

A delegação provincial da Justiça do Cuanza Sul foi igualmente felicitada e encorajada pelo Conselho de Direcção do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e por outros delegados provinciais.



## **Questões administrativas e financeiras ligadas aos oficiais de justiça afectos aos Tribunais**

O Gabinete dos Recursos Humanos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos informa que, no âmbito da materialização da autonomia administrativa e financeira dos tribunais, os pedidos de Mobilidade, nomeadamente as transferências, destacamentos, permutas, licenças, juntas médicas, as desvinculações por morte, reforma, por iniciativa da Administração ou do funcionário por aplicação da demissão consequência de processo disciplinar, as nomeações de todas as formas, as declarações de serviço, títulos de salário e outros assuntos administrativos e financeiros ligados a matéria do Tribunal, doravante serão tratados no Conselho Superior da Magistratura Judicial, sendo de momento o órgão competente para o efeito.

Assim, solicita a todas unidades orgânicas e orçamentais afectas a este Ministério que cumpram e tenham em atenção esse procedimento para melhor tratamento dos assuntos.

**Claudino Filipe****Director Nacional dos Recursos Humanos**

## Direitos Humanos

### **Combate à exploração de menores deve ser acompanhada a nível das delegações provinciais da Justiça e dos Direitos Humanos**

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos orientou os delegados provinciais do sector da justiça a acompanharem a nível das suas regiões a situação do combate à exploração de menores.

De acordo com o ministro Francisco Queiroz, “existe nas zonas rurais um outro tipo de ‘exploração’ que necessita ser estudado etno-culturalmente e avaliar-se o impacto que tem na afirmação das crianças.”

#### **Abuso sexual de menores na internet abordado em seminário em Luanda**

Um workshop sobre o abuso sexual, exploração de menores na Internet e o papel da Media na protecção e garantia dos direitos da criança, foi realizado no dia 24 de Julho, em Luanda, numa parceria entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o Instituto Nacional da Criança e a organização da sociedade civil SCARJOV.

O Workshop foi dirigido a jornalistas dos diferentes Órgãos de Comunicação Social, e teve como objetivos promover e divulgar os direitos da criança, tendo em atenção as implicações do uso das redes sociais e divulgar o portal de denúncias de abuso de menores e exploração sexual.

Durante o evento, foram abordados

assuntos relacionados com mecanismos de protecção da criança no âmbito Internacional e regional; violência contra a criança e mecanismos de respostas; introdução sobre a exploração sexual de crianças online e a comunicação baseada nos direitos da criança.

A sessão de abertura foi presidida pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, e contou com a presença do Secretário de Estado para a Comunicação Social, Celso Malavoloneke, da Secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, Ruth Madalena Mixinge, e do representante do UNICEF em Angola, Abubacar Sultan.



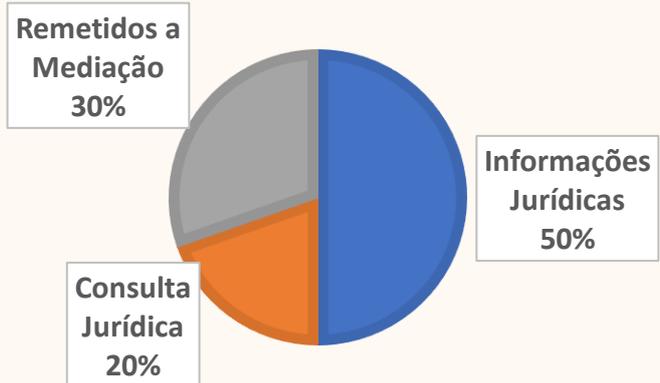
## DNREL

A Direcção Nacional de Resolução Extrajudicial de Litígios (DNREL) tem por missão promover o acesso ao direito, através dos métodos alternativos de resolução de conflitos por vias alternativas aos tribunais convencionais. Este congrega os Serviços de Informação e Consulta Jurídica, Mediação, Conciliação e Arbitragem.

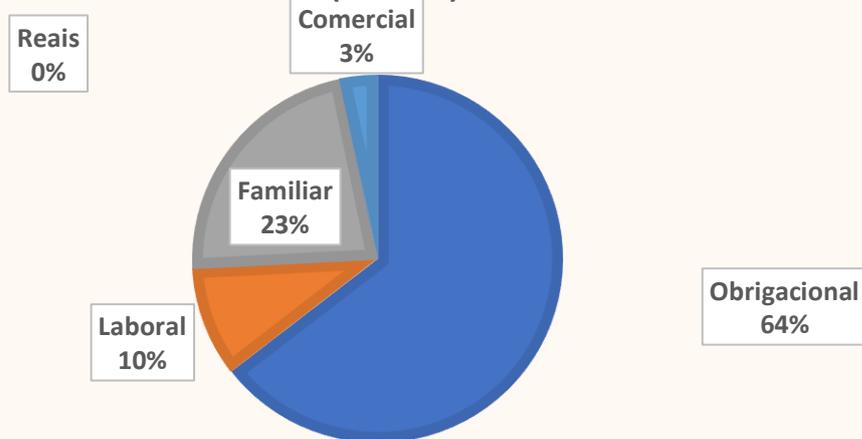
### Atendidos 51 casos no mês de Junho

Durante o mês de Junho, o Serviço de Informação e Consulta Jurídica da Direcção Nacional de Resolução Extrajudicial de Litígios (DNREL) atendeu 51 cidadãos, em processos ligados as áreas de obrigações (20), laboral (3), familiar (7) e comercial (1).

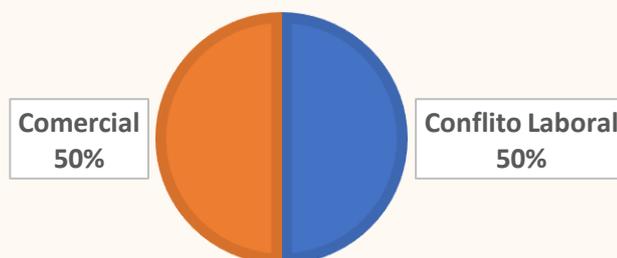
#### SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA JURÍDICA (JUNHO)



#### SERVIÇO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO (JUNHO)



#### SERVIÇO DE ARBITRAGEM (JUNHO)



## Breves

### Identificação Civil e Criminal de Malanje emite cerca de 2 mil Bilhetes de Identidade durante o mês de Junho

Durante o mês de Junho, foram solicitados no Departamento de Identificação Civil e Criminal de Malanje 1.152 (mil e cento e cinquenta e dois) Bilhetes de Identidade, dos quais foram emitidos 943 (novecentos e quarenta e três) e 983 (novecentos e oitenta e três) certificados de Registo Criminal.

Dos actos praticados, resultaram receitas correspondentes aos seguintes valores:

Bilhete de Identidade: AKZ 524.160.00;

Registo Criminal: AKZ 274.257.00;

Averbamentos: AKZ 2913.195.00.

No Posto-SIAC/Repartições, foram emitidos 1.127 (mil, cento e vinte e sete) bilhetes de identidade e solicitados 133 certificados de registo criminais.

Destes actos, resultaram receitas de:

AKZ 317.135.00 (BI);

AKZ 37.107.00(Registo Criminal);

AKZ15.470.00 (Averbamentos).

Os dois serviços (o Departamento e o Posto-SIAC/Repartições) totalizaram 1.849 (mil, oitocentos e quarente e nove) pedidos de bilhete de identidades, 2.070 (dois mil e setenta) bilhetes de identidade emitidos, e 1.116 (mil e cento e dezasseis) certificados de registo criminal.

Quanto a Receita Cobrada, os dois serviços arrecadaram AKZ 841.295.00, para os bilhetes de identidade; AKZ 311.364.00 para o registo criminal; e Akz 15.470.00 para os Averbamentos, perfazendo o total de AKZ 1.168.129.00.

### Veteranos de Portugal visitam MJDH

O secretário de Estado para a Justiça, Orlando Fernandes, manteve um encontro de trabalho, nas instalações do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com uma delegação de veteranos da pátria de Portugal.

O encontro propiciou a análise de questões relacionadas com a identificação dos locais onde estão os restos mortais de portugueses que se encontram enterrados em Angola, para serem criadas as condições para que possam ficar num local que ofereça maior dignidade.



## Discurso Do Ministro

Intervenção do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos no encerramento do curso de magistrados dos Tribunais da Relação

### Uma experiência enriquecedora

os cinco anos e mais que cada um tem de carreira na magistratura.

A formação que hoje termina teve como objectivo preparar os magistrados para o exercício de funções numa nova instância judicial que, como sabemos, julgará em recurso matéria de facto e de direito, funções até aqui exercidas pelo Tribunal Supremo.

O Programa de formação incluiu matérias relacionadas com os princípios orientadores e as soluções da reforma e da nova organização judiciárias; a qualidade, a eficiência, a ética e a transparência da justiça, bem como os princípios do acesso ao direito e à justiça, da protecção dos direitos humanos e das liberdades e garantias constitucionais.

Trata-se de matérias fundadas nos princípios

constitucionais da administração da Justiça e nas regras e princípios da reforma de justiça consagrados na Lei 2/15. Para o Executivo, a realização deste curso constitui um passo mais na concretização das políticas de justiça consagrados no Plano de Desenvolvimento Nacional, o qual visa melhorar a qualidade da justiça, aproximá-la cada vez mais do cidadão e garantir o acesso de todos à justiça.

Angolanos, Constitucional e Supremo, e ainda Magistrados do Ministério Público, Procuradoria Geral da República e, também, Juizes Conselheiros de Tribunais Superiores de Portugal, Juizes Desembargadores de Tribunais da Relação também de Portugal, para além de Professores e Docentes Universitários angolanos.



#### CAROS FORMANDOS

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Agradeço à Direcção do INEJ o convite que me foi dirigido para presidir o encerramento deste acto, que marca o fim da última etapa do Concurso Público para admissão à função de Juiz e Magistrado do Ministério Público nos Tribunais da Relação de Benguela e Luanda. Esta etapa foi antecedida da apresentação do currículo de cada candidato e da qualificação das peças por eles elaboradas durante os

## Discurso Do Ministro

Intervenção do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos no encerramento do curso de magistrados dos Tribunais da Relação

A todos queremos apresentar o nosso agradecimento pela entrega, empenho e, sobretudo, por nos terem dado a oportunidade de partilhar pela primeira vez uma experiência tão enriquecedora, como foi esta da condução de todo o processo por meios informáticos.

É a primeira experiência do INEJ de formação de magistrados deste escalão. Temos ainda mais três Tribunais da Relação para instituir no quadro do processo de reforma da justiça. Devemos colher desta primeira experiência as lições para melhorarmos as próximas formações.

Termino deixando o meu apreço a todos os que agora concluíram a formação. Para aqueles que obtiverem

os resultados que lhes permitem ter um lugar entre as vagas existentes, desejo sucessos nas novas funções. Para os demais, gostaria de encorajá-los a continuar, pois a caminhada ainda é longa e outras oportunidades se apresentarão.

Agradeço à Direcção do INEJ, à equipa de gestão e a todos os quadros docentes e não docentes desta destacada instituição de ensino, pelo trabalho realizado e pelos resultados alcançados com esta primeira experiência.

Muito Obrigado.



## Meios de Interação com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

# Redes Sociais e Portais

Entre em contacto com o **Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos**, através dos seguintes meios de comunicação:



**Facebook**  
[web.facebook.com/minjusdh](http://web.facebook.com/minjusdh)



**Instagram**  
[www.instagram.com/minjusdh](http://www.instagram.com/minjusdh)



**Youtube**  
[www.youtube.com/minjusdh](http://www.youtube.com/minjusdh)



**Twitter**  
[www.Twitter.com/minjusdh](http://www.Twitter.com/minjusdh)



**Serviços**  
[www.servicos.minjusdh.gov.ao](http://www.servicos.minjusdh.gov.ao)



**Directório de Sociedades e Empresas**  
[www.dse.Minjusdh.gov.ao](http://www.dse.Minjusdh.gov.ao)



**Governo**  
[www.minjusdh.gov.ao](http://www.minjusdh.gov.ao)



**GUE**  
[www.gue.gov.ao](http://www.gue.gov.ao)



**BI**  
<https://bi.minjusdh.gov.ao>

Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

## OS NOSSOS VALORES

**TRANSPARÊNCIA** - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

**LEALDADE** - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

**RIGOR** - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao nepotismo, ao empirismo e à falta de brio profissional.

